

Sobre dívida externa

A questão da dívida externa está sendo discutida quase sempre, de modo muito unilateral e emocional. E, às vezes, se tem a impressão de que muitos, inclusive intelectuais, pensam que a assumimos sem necessidade, cumprindo «ordens superiores dos financistas internacionais». Na realidade, levando em consideração todos os fatos, podemos constatar que o nosso endividamento teve muito mais justificação do que o dos demais países latino-americanos.

Quando sobreveio o primeiro choque do petróleo, via Opep, importávamos 85% do nosso petróleo, enquanto que a Venezuela e o México tiveram um grande superávit que os beneficiou enormemente, e a Argentina só apresentava um pequeno déficit. Estávamos no dilema de nos endividarmos mais ou reduzirmos o ritmo do nosso desenvolvimento. A opção tomada foi certa, o que prova o aumento de 50% do emprego, na década de 70. Foi uma decisão visando, essencialmente, fins sociais.

Isto nos foi facilitado, ainda, pelos juros baratos, na primeira metade daquela década e razoáveis, na segunda até o segundo choque do petróleo.

O recrudescimento perigoso dos juros internacionais em 1981/82 (que depois recuaram um pouco) tinha como causa principal aquele 2º choque, cujo efeito inflacionário Reagan conseguiu combater com esta alta, — mas que, para os EUA, teve também efeitos paralelos inconvenientes.

O enfoque muito emocional é, aqui, quase a regra: de um lado, dizem que contrainos a dívida externa por megalomania e/ou leviandade (ressalvados casos isolados) e, de outro, que ela nos foi quase empurrada pelos bancos internacionais e que o realmente excessivo aumento dos juros, posteriormente, foi uma «arapuca» deles. Nenhum desses argumentos resiste, a um exame sério. Não podemos, evidentemente, esperar dos bancos que nos façam juros mais baratos, por sermos pobres. Infelizmente, a lógica dos fatos é inversa: os juros para os países mais pobres têm um adicional de risco (o «spread») maior do que o dos países ricos, justamente porque representam um risco maior. Ou pode-se acreditar que, por exemplo, as ameaças que saíram daqui, de vez em quando, da declaração de uma moratória unilateral, não sejam entendidas pelos bancos como tal? Evidentemente que sim. O

capital financeiro é «covarde», a começar pelo próprio poupador que, ao primeiro sinal de fraqueza de uma empresa, banco ou país, retira o seu dinheiro, o que obriga os bancos a serem supercuidadosos, para não serem expostos a um «run». O que é possível, sem criar repercussões demasiadas negativas no mercado financeiro, e *tacitamente já está acordado*, — é uma prorrogação dos vencimentos do principal, o que representa um alívio real para nós, por dois motivos: a) deve-se esperar, com quase certeza, que os dólares, nos novos vencimentos, valerão *menos do que atualmente*; e b) que, então, os investimentos altos que fizemos, já estarão rendendo o seu pleno resultado. Um problema de solução mais difícil são os altos juros. Estão em discussão diversos planos para aliviar esta carga. Um pequeno alívio traria uma diminuição do «spread» que se podia mesmo esperar em consequência da já praticamente acertada consolidação (e prorrogação) das nossas dívidas com aval, pelo menos moral, do FMI.

Quanto aos juros propriamente ditos, sempre resta a indagação, quem vai bancar a diferença? Dos próprios bancos internacionais — além de já mencionada redução dos *spreads*, para o que haveria justificativa, não só moral, mas também real, depois de uma virtual consolidação da nossa dívida, — não se pode esperar uma redução dos juros propriamente ditos, porque estes dependem do seu nível internacional e especialmente norte-americano. Certa esperança reside na tendência da continuação da baixa do dólar e de maior liquidez financeira do 1º Mundo, que, a longo prazo, prometem baixar os juros internacionais.

Ao lado de tudo isso, deve haver, naturalmente, uma pressão política, que não deve implicar na credibilidade da nossa disposição básica de honrar os nossos compromissos. Talvez se consiga uma capitalização parcial dos juros acima de um patamar, digamos, imediatamente anterior do 2º choque do petróleo, se bem que a sua implementação não será fácil.

E, evidentemente, devemos continuar, junto com os demais países endividados, a denunciar quaisquer tendências protecionistas dos países ricos.

Ingo Hering é presidente da Cia. Hering